

A REQUISIÇÃO JUDICIAL DE PAGAMENTO IMEDIATO NAS QUESTÕES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Francisco Landin^(*)

Sumário: I — O caso. II — A racionalização do pagamento. III — As vantagens do pagamento em carnês. Conclusão.

I — O caso

O art. 128 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 que, entre outras providências, dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, estabelece, nos limites do teto fixado¹, o pagamento imediato do valor da execução aforada contra o INSS nas questões do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.

Na linguagem da lei, essas quantias, nos limites do referido teto, serão liquidadas imediatamente, sem obediência, portanto, aos procedimentos específicos do precatório judicial.

Assim, resolvida, definitivamente, a questão do *quantum debeatur*, expedese a requisição judicial para o pagamento da importância devida, sem aplicação, nos limites legais, dos arts. 730 e 731 do CPC.

No âmbito do INSS, a requisição para pagamento imediato do valor executado desencadeia uma série de procedimentos administrativos, sobretudo para efeito do controle financeiro da liquidação do débito, culminando com o depósito bancário do montante liquidado à ordem do juízo federal.

Com esta providência, o julgador determina a expedição de alvará para levantamento do depósito em favor dos seus beneficiários.

Nada obstante a simplificação do pagamento do valor demandado, principalmente com a dispensa do precatório judicial, nos casos legais, há necessidade da prática de uma série de atos processuais e administrativos para que seja cumpri-

(*) Advogado.

da devidamente a requisição judicial de liquidação imediata do débito nas ações previdenciárias, o que demanda o dispêndio de um certo tempo para o seu cumprimento, sem falar nos problemas relativos à segurança jurídica do recebimento dessas quantias pelos seus respectivos destinatários.

II — A racionalização do pagamento

No entanto, em decisões recentes, o Dr. Augustino Lima Chaves, Juiz Federal, na Seção Judiciária do Estado do Piauí, vem imprimindo ao pagamento desses valores um procedimento mais racional, porque mais econômico, em termos processuais, e, também, mais seguro para os beneficiários dessas importâncias em dinheiro.

Desta maneira, ao invés de pura e simplesmente requisitar à autarquia executada o pagamento que é devido ao segurado nessas demandas judiciais, deixando a cargo desta o *modus faciendi* da liquidação imediata do débito², o julgador determina que a soma devida seja incluída no seu carnê de benefício³.

Com esta determinação, a quantia executada é recebida diretamente pelo beneficiário no banco da sua própria cidade, porquanto é diretamente neste que o INSS deposita o montante requisitado.

A decisão, na aparente simplicidade dos seus termos, é inovadora, sem deixar de se enquadrar nos parâmetros legais do CPC.

Inegavelmente, a inclusão do valor executado no carnê de pagamento do beneficiário, favorecendo a rápida solução do litígio, coaduna-se, perfeitamente, com o discurso normativo do art. 125, II, do CPC, ao constituir o juiz, no caso em apreço, em condutor do processo de execução, com o dever de proferir decisões úteis aos interesses das partes contendoras.

Nesta ótica, a decisão em debate, à míngua de normas procedimentais específicas, apresenta vantagens que se sobrepõem ao pagamento efetivado por meio de alvará judicial de levantamento do depósito bancário, realizado pelo INSS à ordem do juízo federal.

III — As vantagens do pagamento em carnês

Há, no caso desta decisão, pelo menos duas vantagens de ordem processual. A primeira delas é a da economia de atos processuais praticados para a execução de valores referentes aos benefícios do Regulamento da Previdência Social. A inclusão de seus pagamentos em carnês suprime a emissão de guias judiciais, o depósito da quantia executada no banco da sede do juízo, a expedição de alvará judicial para levantamento do crédito, a apresentação dessa quitação em juízo mediante ajuntada aos autos da 2ª via do alvará judicial devidamente cumprido, e, pos-

teriormente, o pedido de extinção do processo executivo em face de satisfação do interesse do credor (art. 794, I, do CPC).

Pela sistemática dessa decisão, o INSS é intimado para incluir no carnê previdenciário o valor executado, e a autarquia, por sua vez, em obediência à determinação judicial, deposita a quantia diretamente no banco pagador do benefício do segurado, requerendo, com apresentação desses comprovantes em juízo, a extinção do processo executivo.

Com este procedimento, eliminam-se, como se nota, guias e alvarás judiciais, depósitos bancários na sede do juízo, devolução da 2ª via do alvará para levantamento do crédito devidamente cumprido, para favorecer, afinal, o pedido de extinção do processo executivo.

Assim, com menos guias, menos alvarás, menos depósitos bancários na sede do juízo, menos restituição das 2ªs vias de alvarás, realizam-se os ditames do princípio de economia processual, do que redundará a rápida solução do litígio, com o pronto atendimento dos interesses do segurado, que é a parte economicamente mais fraca na causa.

Ao lado desse princípio, a sistemática da decisão judicial sob exame promove a efetividade do processo, garantindo diretamente ao segurado o recebimento do valor executado no banco do seu próprio Município.

Fora deste procedimento, a quantia devida pelo INSS é levantada, mediante alvará judicial, pelo procurador da parte no processo de execução, e o saque bancário geralmente não ocorre no órgão pagador do benefício do segurado, porque este geralmente não propõe essas questões no foro do seu domicílio, para serem processadas e julgadas pela Justiça Estadual, como é do art. 109, § 3º, da CF, mas o fazem, de regra, nas capitais dos Estados, onde têm sede as Superintendências Estaduais do INSS, do que resulta serem processadas e julgadas pela Justiça Federal.

Neste caso, além do inconveniente do segurado não receber, por si próprio, a quantia que lhe é devida, ainda sofre o incômodo de vê-la recebida por seu procurador fora do seu domicílio.

Daí que o pagamento do valor executado, no próprio carnê de benefício, enseje ao segurado mais segurança jurídica no recebimento da importância que lhe é devida pelo INSS, porquanto não somente dispensa a figura do representante, que pode, numa ou noutra circunstância, faltar com a fidelidade ao mandato, como lhe oferece, também, a comodidade de receber o pagamento do valor da execução no banco de seu próprio Município, ainda quando a ação previdenciária haja sido proposta em foro diferente do seu domicílio.

Conclusão

A decisão em destaque reveste-se processualmente de grande utilidade prática, e a sistemática por ela inaugurada, à míngua de regras procedimentais, deve ser

objeto não apenas de reflexão jurídica, como, igualmente, de efetiva adoção pelos foros competentes nas requisições judiciais de pagamento imediato dos benefícios previdenciários, uma vez que perfeitamente enquadrada nos parâmetros do moderno direito processual, além de resguardar a segurança jurídica do recebimento do valor da execução pelo próprio segurado.

Notas:

- 1 — Atualmente, por força da art. 10 da PT/MPAS n. 3.253, de 13/05/96, o referido teto é de R\$ 5.632,60 (cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos), por autor.
- 2 — Neste particular, o INSS procede de acordo com o disposto no item 05/10, da Ordem de Serviço Conjunta INSS/PG/DFI n. 48, de 13/03/96.
- 3 — A referida decisão é do seguinte teor: — “1. *Omissis*. 2. Objetivando racionalizar o recebimento por parte dos beneficiários, do pagamento a ser efetuado pela Autarquia-ré, realize-se o mesmo, procedendo-se à inclusão nos carnês de recebimento dos benefícios, referentes ao mês em curso, ou, no caso de impossibilidade, no imediatamente seguinte. 3. *Omissis*. 4. Após, comprove o INSS a quitação. 5. Intimem-se. Augustino Lima Chaves. Juiz Federal Substituto, 1ª Vara/PI”.